Os períodos de transição e seu fim em 1º de julho de 2026

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O art. 143 rege a transição. Ofertas encerradas antes de 30 de dezembro de 2024 não precisam de white paper. Criptoativos admitidos à negociação antes dessa data só precisam de white paper até, no máximo, 31 de dezembro de 2027, aplicando-se as regras de marketing a partir de 30 de dezembro de 2024. Prestadores que operavam licitamente segundo o direito nacional antes de 30 de dezembro de 2024 puderam continuar até serem autorizados ou terem o pedido recusado nos termos do art. 63, mas não depois de 1º de julho de 2026. Os Estados-Membros podiam encurtar esse prazo de dezoito meses, e vários o fizeram: a lista publicada pela ESMA registra períodos de grandfathering (manutenção de direitos adquiridos) que vão de poucos meses ao prazo integral.[1] O art. 143(6) permitiu um procedimento simplificado de autorização para empresas já autorizadas segundo o direito nacional.

Em 30 de junho de 2026, o grandfathering terminou em toda a União. Uma empresa que atenda clientes da União a partir de uma entidade da União sem autorização de CASP opera ilicitamente, e as autoridades competentes declararam que tratarão a data como limite absoluto. Para grupos suíços e de Singapura, isso muda a avaliação das contrapartes na União. O provedor de liquidez de uma exchange de Zug na Lituânia ou o subcustodiante de um custodiante de Singapura na Alemanha precisa

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

agora de autorização de CASP, e a própria due diligence da empresa suíça ou de Singapura, segundo suas regras de prevenção à lavagem de dinheiro e de terceirização, deve consultar o registro da ESMA de CASPs autorizados.[2]

Notas

1. Regulation (EU) 2023/1114, art. 143(1) a (3) e (6). Os Estados-Membros tinham de notificar à Comissão e à ESMA qualquer prazo encurtado até 30 de junho de 2024. ESMA, "List of MiCA grandfathering periods (Art. 143(3))", dezembro de 2024. ↩
2. A ESMA mantém o registro de CASPs e de white papers nos termos do art. 109. O registro entrou em operação em 2025 e é a referência para a verificação de contrapartes. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.